



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

Prestação de serviços especializados e continuados em jornalismo, design gráfico, produção audiovisual, técnico de áudio e vídeo e análise de marketing digital/social media



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1 Objeto da Contratação

Contratação de empresa para prestar serviços técnicos especializados e continuados em jornalismo, produção audiovisual, técnico de áudio e vídeo, design gráfico e análise de marketing digital/social media, incluindo as atividades listadas no item 2.7, nos termos do art. 67 da Lei nº 8666/93, para exercer as atividades na Assessoria de Comunicação Social deste Tribunal.

2 Fundamentação da Contratação

2.1 Motivação

Os serviços especializados e continuados em jornalismo, design gráfico, produção audiovisual, técnico de áudio e vídeo e de análise de marketing digital/social media consistem em atividades continuadas, comuns e não-finalísticas do TRESC. Não existem servidores no quadro do TRESC cujas atribuições de seus cargos sirvam ao atendimento das demandas específicas de comunicação social: divulgação das atividades da Justiça Eleitoral catarinense na mídia impressa, por videodifusão, radiodifusão, na internet, com produção de textos, vídeos e áudios para distribuição interna, aos veículos de comunicação e nas mídias sociais.

A contratação tem por fim atender as demandas deste Tribunal com maior eficiência e eficácia, uma vez que não existem servidores do próprio quadro desta Instituição cujas atribuições de seus cargos sirvam ao atendimento dessas demandas específicas, sendo imprescindível, para fazer frente à considerável demanda, verificada tanto em ano eleitoral quanto em ano não eleitoral, aumentando exponencialmente nesse último, manter na ASCOM uma estrutura que comporte profissionais atuantes na área de comunicação institucional.

Cabe salientar o processo de valorização que a comunicação interna e externa vem sofrendo na Justiça Eleitoral. Tal valorização vem acarretando a ampliação da ASCOM e dos serviços por ela prestados. Cada público (eleitores, imprensa, servidores, colaboradores, órgãos públicos, entidades, organizações não-governamentais e população em geral) vem recebendo informações desta Assessoria, seja por meio de releases, matérias jornalísticas, boletins de áudio, vídeo, pelas redes sociais e grupos de mensagem instantânea, a exemplo do TRE-Informa.

Com a contratação em comento pretende-se impulsionar e qualificar ainda mais as atividades relativas à produção de material gráfico e audiovisual para subsidiar campanhas internas e externas, matérias jornalísticas, material para rádios, produção de vídeos para mídias sociais, entre outros produtos relacionados à atividade de design e multimídia.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Além disso, a contratação de profissional especializado em análise de marketing digital/social media é essencial ao planejamento e elaboração de estratégia de comunicação e divulgação, a fim de gerar maior alcance e engajamento, tanto do público interno quanto do público externo, fortalecendo a presença do TRE/SC nas redes sociais; além disso, é fundamental para o monitoramento e gestão das redes sociais, auxiliando no planejamento da comunicação institucional via Facebook, Twitter, Instagram, Youtube e outras redes sociais mantidas pelo TRE/SC, e interação com os públicos destas redes.

É inegável o papel relevante das redes sociais na comunicação com a sociedade e o público interno, dessa forma, a profissionalização das ações voltadas a esses canais de comunicação, com informações qualificadas, produtos atrativos (cards, vídeos) e linguagem adequada a cada plataforma, torna-se fundamental para o aprimoramento da comunicação institucional, na divulgação dos serviços e notícias relacionadas à Justiça Eleitoral de Santa Catarina.

Ademais, em anos eleitorais, a demanda por serviços relacionados a recursos multimídia é significativamente ampliada, o que implica na necessidade de previsão de aumento sazonal de profissionais, para atendimento tempestivo das solicitações das diversas unidades do TRE/SC e cartórios eleitorais.

Assim, em razão da especificidade do trabalho que se realiza, torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra na área de jornalismo, design gráfico, produção audiovisual, técnico de áudio e vídeo e de análise de marketing digital/social media.

2.2 Objetivos e Benefícios

O objetivo da contratação de empresa para prestar serviços especializados e continuados em jornalismo, design gráfico, produção audiovisual, técnico de áudio e vídeo e análise de marketing digital/social media advém da necessidade de suporte à ASCOM para os específicos serviços de comunicação institucional na divulgação de informações oficiais, seja em campanhas internas ou externas, na mídia impressa, na *internet*, nas mídias sociais, por radiodifusão ou videodifusão, a fim de garantir o atendimento das diversas solicitações da Administração de modo eficiente.

Em razão da especificidade do trabalho que se realiza, bem como diante da ausência de servidores do quadro do TRESC cujas atribuições de seus cargos sirvam ao seu atendimento, justifica-se a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços na área de jornalismo, design gráfico, produção audiovisual, técnico de áudio e vídeo e análise de marketing digital/social media.

Como benefício advindo desta contratação está a capacidade da ASCOM em atender com maior eficiência e eficácia às demandas de serviços solicitados pelas unidades do TRESC, na área de comunicação social, bem como a execução do Plano Anual



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

de Comunicação e Plano de Divulgação das Eleições a tempo e modo.

Busca-se com a presente contratação impulsionar as atividades relativas à produção de material gráfico, jornalístico e divulgação audiovisual para subsidiar campanhas internas e externas, matérias jornalísticas, material para rádios, produção de vídeos e peças para mídias sociais, demandas administrativas em geral, entre outros produtos relativos à atividade jornalística, de multimídia e de design gráfico. Relativamente à contratação de serviços de análise de marketing digital/social media, tem-se como benefício a profissionalização e o suporte para desenvolvimento de ações estratégicas, de planejamento, monitoramento e produção de conteúdo em redes sociais.

2.3 Alinhamento Estratégico

A contratação harmoniza-se com as necessidades do negócio do TRESC, estando alinhado com os objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico 2016-2021: “Garantia dos Direitos de Cidadania”.

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEJE	<ul style="list-style-type: none">OE3, OE5 E EJE-S3

2.4 Estudos Preliminares do Objeto

Juntado ao PAE n. 11.630/2021.

2.5 Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Como referência, evidencia-se a produção da ASCOM no ano de 2020:

2.5.1 Assistência de Imprensa e Audiovisual:

Foram publicadas, na página do Tribunal, na web, 280 notícias relacionadas com a Justiça Eleitoral catarinense, envolvendo conteúdos sobre as Eleições Municipais 2020, julgamentos do Pleno, notícias institucionais, informações de serviços direcionados aos eleitores, campanhas, entre outros. Outras 406 publicações produzidas pelo TSE também foram ali replicadas. Já na intranet, foram publicadas 304 matérias jornalísticas, focadas em temas internos e externos. Nesse espaço interno, deu-se a replicação de 405 matérias produzidas pelo Tribunal Superior Eleitoral.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Foram efetuados os acompanhamentos das 126 sessões de julgamentos do Pleno ocorridas em 2020, bem como das decisões publicadas no Mural Eletrônico e no Diário da Justiça Eleitoral eletrônico.

Até 31 de dezembro de 2020, estavam cadastrados na lista de mailing um total de 640 contatos de veículos de comunicação, para os quais foram enviadas as matérias jornalísticas produzidas. Além disso, as 3 listas de WhatsApp da imprensa foram usadas como ferramenta complementar, permitindo a disseminação rápida de informações (matérias, sugestões de pauta, convocações para coletivas, vídeos e posts a serem compartilhados) para 402 jornalistas do estado. Já nas 5 listas de Whatsapp institucionais (TRE Informa), dirigidas a servidores da Sede, servidores das Zonas Eleitorais, juízes eleitorais, promotores eleitorais e juízes do Pleno do Tribunal, foram encaminhadas cerca de 1.390 mensagens, entre matérias, vídeos, cards e avisos da Alta Administração, incluindo a Presidência.

No ano de 2020, ao todo, foram efetuados agendamentos de 125 entrevistas para os mais diversos veículos de comunicação social, tendo o tema das Eleições como pauta na maior parte delas.

Ainda no decorrer de 2020 a Assistência Audiovisual da ASCOM criou e produziu diversos vídeos institucionais. No total foram 59 vídeos, 29 áudios (spots e mensagens telefônicas) e 7 Vinhetas. O processo de criação envolve: a) reunião para definição de ideias, objetivo e linguagem a ser usada; b) elaboração e aprovação de roteiro; c) criação de vinheta quando necessário; d) seleção de trilhas; e) definição de equipes de captação, edição, design gráfico, animação e direção; f) agendamento para gravação de cenas e depoimentos; g) gravação de imagens e locução; h) edição; i) aprovação; j) finalização nos formatos a serem compartilhados FullHD (para Youtube) ou tamanho compatível com Facebook, Whatsapp, Instagram e outros formatos de plataformas mantidas pelo TRE/SC.

2.5.2 Assistência de Comunicação Social e Audiovisual:

Foram criados cerca de 100 imagens para os sistemas publicadores da Internet e Intranet, para uso pela Assistência de Imprensa, além de ajustes de imagens, com adequação dos tamanhos aos necessários para uso em publicações.

Foram atendidos 269 Breves de design de conteúdo digital, design e produção de faixas e banners, de design e produção de material gráfico cujas demandas variaram desde peças simples como ícones até projetos complexos como criação de campanhas e identidades visuais.

O alcance das redes monitoradas pela Comunicação Institucional, Facebook e Instagram, sofreram aumento significativo no ano de 2020: Facebook: de 23.630 para 24.710 seguidores; Instagram: de 3.700 para 7.520 seguidores, representando mais de 100% de aumento no número de seguidores.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Foram produzidas e publicadas em torno de 730 postagens no Facebook e de 730 no Instagram (cards e vídeos), além de inúmeros Stories (que ficam disponíveis para visualização por um período de 24h).

No mês das eleições (novembro), obteve-se um pico com um alcance de mais de 1 milhão e 300 mil pessoas na página do Facebook. No mesmo período, a página do Instagram alcançou mais de 250 mil pessoas. Obteve-se um aumento de 3 mil por cento no alcance de cada uma destas páginas.

No total foram 59 vídeos, 29 áudios (spots e mensagens telefônicas) e 7 Vinhetas, foram criados pela Assistência Audiovisual. Houve a produção de um “Vídeo Fancam”, sobre a valorização da Urna Eletrônica, que foi publicado nas redes sociais do TRE-SC. No Instagram obteve 441 mil visualizações, 6.381 curtidas e 442 comentários. Já no Twitter, obteve 802 mil visualizações, com 1.021.853 impressões, 6.459 retweets e 35.564 curtidas.

Foram realizadas Lives, solicitadas por diversos setores do TRE-SC, pela equipe de técnicos da ASCOM. As Lives foram transmitidas e armazenadas no canal institucional do Youtube. Foram 14 lives em 2020.

No canal do Youtube foi criada uma playlist chamada “TRE-SC na mídia”, onde passaram a ser armazenadas todas as entrevistas de vídeo e áudio do TRE veiculadas na imprensa.

Por fim, foi atualizado o repositório de fotos do Flickr com a criação de álbuns com fotos de alguns dos principais eventos do TRE-SC em 2020. Foram tiradas, editadas e armazenadas 3.380 fotos.

Os números ora apresentados evidenciam que as atividades de rotina da ASCOM, como a produção de vídeos, spots para rádio, publicações nas mídias sociais, cartazes, panfletos, e-flyers, banners, faixas, adesivação e outros produtos de comunicação não seriam possíveis caso não houvesse a contratação em curso.

É de se destacar que, dentre essas atividades, as mídias sociais passam a representar uma das principais, senão a principal ferramenta de comunicação institucional para o pleito vindouro, fazendo com que a ampliação do seu uso requeira os serviços técnicos especializados na área de design, produção audiovisual, técnico de áudio e vídeo e também de marketing digital/social media.

Descrição da produtividade por funcionário / ano:

PRODUTIVIDADE POR FUNCIONÁRIO / ANO NÃO ELEITORAL	Nº de profissionais	Total de horas
Profissional especializado em comunicação, na área de jornalismo 12 meses x 22 dias/mês x 6 horas/dia = 1.584 horas	2 (dois)	3.168 horas



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Profissional especializado em design gráfico 12 meses x 22 dias/mês x 6 horas/dia = 1.584 horas	1 (um)	1.584 horas
Profissional especializado em produção audiovisual 12 meses x 22 dias/mês x 6 horas/dia = 1.584 horas	1 (um)	1.584 horas
Técnico de áudio e vídeo 12 meses x 22 dias/mês x 6 horas/dia = 1.584 horas	1 (um)	1.584 horas
Profissional especializado em análise de marketing digital/social media 12 meses x 22 dias/mês x 6 horas/dia = 1.584 horas	1 (um)	1.584 horas
PRODUTIVIDADE POR FUNCIONÁRIO / ANO ELEITORAL	Nº de profissionais	Total de horas
Profissional especializado em comunicação, na área de jornalismo 9 meses x 22 dias/mês x 6 horas/dia = 1.188 horas	1 (um)	1.188 horas
Profissional especializado em comunicação, na área de jornalismo 12 meses x 22 dias/mês x 6 horas/dia = 1.584 horas	2 (dois)	3.168 horas
Profissional especializado em design gráfico 9 meses x 22 dias/mês x 6 horas/dia = 1.188 horas	1 (um)	1.188 horas
Profissional especializado em design gráfico 12 meses x 22 dias/mês x 6 horas/dia = 1.584 horas	1 (um)	1.584 horas
Profissional especializado em produção audiovisual 12 meses x 22 dias/mês x 6 horas/dia = 1.584 horas	1 (um)	1.584 horas
Técnico de áudio e vídeo 12 meses x 22 dias/mês x 6 horas/dia = 1.584 horas	1 (um)	1.584 horas
Profissional especializado em análise de marketing digital/social media 12 meses x 22 dias/mês x 6 horas/dia = 1.584 horas	1 (um)	1.584 horas

A demanda prevista corresponde à demanda contratada.

O histórico da prestação desses serviços reflete a necessidade de:

- 2 profissionais de jornalismo, com jornada mensal de 180 horas cada, acrescendo-se 1 jornalista, com jornada mensal de 180 horas cada, em anos eleitorais, pelo período de, pelo menos, 9 (nove) meses;
- 1 designer, com jornada mensal de 180 horas, acrescendo-se 1 designer, com jornada mensal de 180 horas, em anos eleitorais, pelo período de, pelo menos, 9 (nove) meses;
- 1 produtor audiovisual e 1 técnico de áudio e vídeo, com jornada mensal de 180 horas cada;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 1 analista de marketing digital/social media, com jornada mensal de 180 horas.

2.6 Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7 Caracterização e Composição do Objeto

Contratação de empresa para prestar serviços técnicos especializados e continuados nas áreas de jornalismo, design gráfico, produção audiovisual, técnico de áudio e vídeo e análise de marketing digital/social media, incluindo as atividades listadas a seguir:

Tabela 1 - Serviços especializados em jornalismo e respectiva demanda estimada – ano não eleitoral:

ATIVIDADES PREVISTAS	Estimativa Mensal (horas)	Estimativa Anual (horas)
a) Acompanhar informações de jornais, rádios, televisão e agências de notícias para orientar a produção de textos e releases dos temas de interesse desta Corte e do eleitor catarinense.	8	96
b) Acompanhar ao vivo as sessões plenárias desta Corte a fim de publicar na intranet e/ou na internet do sítio eletrônico do TRESC o resumo dos julgamentos.	20	240
c) Buscar informações junto às assessorias dos Juízes desta Corte, visando à divulgação seletiva daquelas decisões que sejam de interesse público, após autorização dos Juízes, para publicação no sítio eletrônico do TRESC e em todos os meios de comunicação social do Estado.	8	96
d) Tomar conhecimento das atividades da Presidência, Corregedoria Regional Eleitoral, Direção-Geral e Procuradoria Regional Eleitoral, bem como dos demais setores do Tribunal e dos cartórios eleitorais para elaboração de matérias e releases a serem distribuídos aos veículos de imprensa do Estado, sua publicação no sítio eletrônico do TRESC e nas mídias sociais.	8	96
e) Realizar leitura de acórdãos, pareceres, sentenças, relatórios e o Diário da Justiça Eleitoral, bem como as publicações do Tribunal Superior Eleitoral, com o mesmo propósito do item acima descrito.	8	96
f) Verificar pelo Processo Judicial Eletrônico (PJe) informações de processos e recursos para produção de pautas de interesse jornalístico.	4	48
g) Atender aos veículos de imprensa, sanando dúvidas, intermediando contatos, agendando e acompanhando, quando solicitado, entrevistas concedidas na sede do TRESC ou nas sedes dos meios de comunicação.	20	240
h) Realizar a cobertura jornalística dos eventos realizados pelas	8	96



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

unidades do TRE, diplomação dos candidatos eleitos e demais solenidades do Tribunal, fotografando os eventos e produzindo o texto das matérias para divulgação junto à imprensa, no sítio eletrônico do TRESC e nas mídias sociais.		
i) Deslocar-se ao interior do Estado para cobertura <i>in loco</i> de eventos como eleições suplementares, revisões de eleitorado, cadastramento biométrico, com a realização de fotos e transmissão de textos jornalísticos à Assistência de Comunicação Social para publicação e divulgação à mídia em geral.	8	96
j) Produzir matérias escritas, dando conta dos acontecimentos do TRESC e cartórios eleitorais.	60	720
k) Elaborar textos resumidos de cunho jornalístico e institucional, para inserção em mídias sociais, bem como no canal de comunicação instantânea TRE-Informa.	12	144
l) Prestar apoio às zonas eleitorais do Estado em assuntos jornalísticos.	8	96
m) Manter e atualizar contatos da imprensa.	4	48
n) Participar de reuniões de definição de pautas para a produção de notícias e vídeos.	8	96
o) Produzir boletins jornalísticos de áudio sobre atividades do TRESC, incluindo texto, gravação e edição.	8	96
p) Produzir vídeos jornalísticos, cobrindo ações e fatos da Justiça Eleitoral catarinense, incluindo produção, redação e revisão de roteiro; contato com possíveis fontes e/ou entrevistados; agendamento de entrevistas; pesquisa de informações; seleção de imagens/fotos; gravação e edição.	16	192
q) Produzir vídeos institucionais, incluindo produção, redação e revisão de roteiro; contato com possíveis fontes e/ou entrevistados; agendamento de entrevistas; pesquisa de informações; seleção de imagens/fotos; gravação e edição.	24	288
r) Supervisionar a gravação e edição de vídeos: Deslocamento e captação de imagens, gravação de entrevistas, decupagem do material bruto, gravação do <i>off</i> , edição e finalização do vídeo.	16	192
s) Orientar e revisar a legendagem.	8	96
t) Produzir, gravar e editar material em áudio.	8	96
Total de Horas Previstas / Mês (Referência)	264 horas	
Total de Horas Previstas/Ano (Referência)	3.168 horas	

Tabela 2 - Serviços especializados em jornalismo e respectiva demanda estimada – ano eleitoral:

ATIVIDADES PREVISTAS	Estimativa Mensal (horas)	Estimativa Anual (horas)
a) Acompanhar informações de jornais, rádios, televisão e agências	11	132



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

de notícias para orientar a produção de textos e releases dos temas de interesse desta Corte e do eleitor catarinense.		
b) Acompanhar ao vivo as sessões plenárias desta Corte a fim de publicar na intranet e/ou na internet do sítio eletrônico do TRESC o resumo dos julgamentos.	28	336
c) Buscar informações junto às assessorias dos Juízes desta Corte, visando à divulgação seletiva daquelas decisões que sejam de interesse público, após autorização dos Juízes, para publicação no sítio eletrônico do TRESC e em todos os meios de comunicação social do Estado.	11	132
d) Tomar conhecimento das atividades da Presidência, Corregedoria Regional Eleitoral, Direção-Geral e Procuradoria Regional Eleitoral, bem como dos demais setores do Tribunal e dos cartórios eleitorais para elaboração de matérias e <i>releases</i> a serem distribuídos aos veículos de imprensa do Estado, sua publicação no sítio eletrônico do TRESC e nas mídias sociais.	11	132
e) Realizar leitura de acórdãos, pareceres, sentenças, relatórios e o Diário da Justiça Eleitoral, bem como as publicações do Tribunal Superior Eleitoral, com o mesmo propósito do item acima descrito.	11	132
f) Verificar pelo Processo Judicial Eletrônico (PJe) informações de processos e recursos para produção de pautas de interesse jornalístico.	5	60
g) Atender aos veículos de imprensa, sanando dúvidas, intermediando contatos, agendando e acompanhando, quando solicitado, entrevistas concedidas na sede do TRESC ou nas sedes dos meios de comunicação.	28	336
h) Realizar a cobertura jornalística dos eventos realizados pelas unidades do TRE, diplomação dos candidatos eleitos e demais solenidades do Tribunal, fotografando os eventos e produzindo o texto das matérias para divulgação junto à imprensa, no sítio eletrônico do TRESC e nas mídias sociais.	11	132
i) Deslocar-se ao interior do Estado para cobertura <i>in loco</i> de eventos como eleições suplementares, revisões de eleitorado, cadastramento biométrico, com a realização de fotos e transmissão de textos jornalísticos à Assistência de Comunicação Social para publicação e divulgação à mídia em geral.	11	132
j) Produzir matérias escritas, dando conta dos acontecimentos do TRESC e cartórios eleitorais.	83	996
k) Elaborar textos resumidos de cunho jornalístico e institucional, para inserção em mídias sociais, bem como no canal de comunicação instantânea TRE-Infoma.	16	192
l) Prestar apoio às zonas eleitorais do Estado em assuntos jornalísticos.	11	132
m) Manter e atualizar contatos da imprensa.	5	60
n) Participar de reuniões de definição de pautas para a produção de notícias e vídeos.	11	132



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

o) Produzir boletins jornalísticos de áudio sobre atividades do TRESC, incluindo texto, gravação e edição.	11	132
p) Produzir vídeos jornalísticos, cobrindo ações e fatos da Justiça Eleitoral catarinense, incluindo produção, redação e revisão de roteiro; contato com possíveis fontes e/ou entrevistados; agendamento de entrevistas; pesquisa de informações; seleção de imagens/fotos; gravação e edição.	22	264
q) Produzir vídeos institucionais, incluindo produção, redação e revisão de roteiro; contato com possíveis fontes e/ou entrevistados; agendamento de entrevistas; pesquisa de informações; seleção de imagens/fotos; gravação e edição.	33	396
r) Supervisionar a gravação e edição de vídeos: Deslocamento e captação de imagens, gravação de entrevistas, decupagem do material bruto, gravação do off, edição e finalização do vídeo.	22	264
s) Orientar e revisar a legendagem.	11	132
t) Produzir, gravar e editar material em áudio.	11	132
Total de Horas Previstas / Mês (Referência)	363 horas	
Total de Horas Previstas/Ano (Referência)	4.356 horas	

Tabela 3 – Serviços especializados em Design Gráfico (ano não eleitoral)

ATIVIDADES PREVISTAS	Estimativa Mensal (horas)	Estimativa Anual (horas)
3.1. Estudo, planejamento e elaboração de projeto gráfico		
a) Elaboração de projeto gráfico de campanhas internas.	15	180
b) Elaboração de projeto gráfico de campanhas externas.	17	204
c) Elaboração de projeto gráfico de publicações	10	120
d) Elaboração de projeto de identidades visuais	17	204
e) Participação nas reuniões da equipe da ASCOM do TRE/SC	7	84
3.2. Criação de <i>design</i> gráfico para peças avulsas, diagramação e editoração		
a) Criação de <i>design</i> gráfico para peças de divulgação interna, como e-flyers, cartazes, entre outros.	4	48
b) Criação de <i>design</i> gráfico para peças de divulgação externa, como e-flyers, cartazes, banners digitais ou impressos, posts para redes sociais, entre outros.	8	96



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) Criação de <i>design</i> gráfico para capas de publicações, contracapas, entre outras peças de publicações.	4	48
d) Criação de identidade visual e logotipo para eventos e serviços.	12	120
e) Criação de design gráfico para campanhas institucionais, internas e externas.	12	144
f) Criação de design gráfico para interfaces de aplicações multimídia web.	1	12
g) Criação de arte-final para saída gráfica (offset, laser etc.).	7	84
h) Diagramação de materiais.	8	96
i) Editoração de materiais, como relatórios, manuais e cartilhas, entre outros.	10	120
Total de Horas Previstas / Mês (Valor de Referência)		132
Total de Horas Previstas / Ano (Valor de Referência)		1.584

Tabela 4 – Serviços especializados em Design Gráfico (ano eleitoral)

ATIVIDADES PREVISTAS	Estimativa Mensal (horas)	Estimativa Anual (horas)
4.1. Estudo, planejamento e elaboração de projeto gráfico		
a) Elaboração de projeto gráfico de campanhas internas	20	240
b) Elaboração de projeto gráfico de campanhas externas	30	360
c) Elaboração de projeto gráfico de publicações	20	240
d) Elaboração de projeto de identidades visuais	25	300
e) Participação nas reuniões da equipe da ASCOM do TRE/SC	7	84
4.2. Criação de <i>design</i> gráfico para peças avulsas, diagramação e editoração		
a) Criação de <i>design</i> gráfico para peças de divulgação interna, como e-flyers, cartazes, entre outros.	12	144
b) Criação de <i>design</i> gráfico para peças de divulgação externa, como e-flyers, cartazes, banners digitais ou impressos, posts para redes sociais, entre outros.	24	288



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) Criação de <i>design</i> gráfico para capas de publicações, contracapas, entre outras peças de publicações.	12	144
d) Criação de identidade visual e logotipo para eventos e serviços.	20	240
e) Criação de design gráfico para campanhas institucionais, internas e externas.	18	216
f) Criação de arte-final para saída gráfica (offset, laser etc.)	9	108
g) Diagramação de materiais.	18	216
h) Editoração de materiais, como relatórios, manuais e cartilhas, entre outros.	16	192
Total de Horas Previstas / Mês (Valor de Referência)		231
Total de Horas Previstas / Ano (Valor de Referência)		2.772

Tabela 5 – Serviços especializados em produção audiovisual

ATIVIDADES PREVISTAS	Estimativa Mensal (horas)	Estimativa Anual (horas)
a) Operação de áudio – pré e pós produção	8	96
b) Tratamento de áudio – pré e pós produção	8	96
c) Operação de vídeo – pré e pós produção	12	144
d) Tratamento de vídeo – pré e pós produção	12	144
e) Elaboração de projeto de vinheta	20	240
f) Criar animações e padrões 2D/3D para produtos multimídia	20	240
g) Suporte e transmissão de lives	20	240
h) Armazenamento e gerenciamento da videoteca	10	120
i) Captação e edição de imagens fotográficas de rotina	12	144
j) Participação em reuniões da equipe da ASCOM do TRE/SC	10	120
Total de Horas Previstas / Mês (Valor de Referência)		132
Total de Horas Previstas / Ano (Valor de Referência)		1.584

Tabela 6 – Serviços especializados de técnico de áudio e vídeo



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ATIVIDADES PREVISTAS	Estimativa Mensal (horas)	Estimativa Anual (horas)
a) Operação de áudio – pré e pós produção	8	96
b) Tratamento de áudio – pré e pós produção	8	96
c) Operação de vídeo – pré e pós produção	12	144
d) Tratamento de vídeo – pré e pós produção	12	144
e) Armazenamento e gerenciamento de vídeos na Videoteca	10	120
f) Armazenamento e gerenciamento de material fotográfico	10	120
g) Suporte de eventos e realização de lives	20	240
h) Suporte de áudio em sessões plenárias	30	360
i) Gerenciamento e organização do Canal do Youtube	12	144
j) Participação em reuniões da equipe da ASCOM do TRE/SC	10	120
Total de Horas Previstas / Mês (Valor de Referência)		132
Total de Horas Previstas / Ano (Valor de Referência)		1.584

Tabela 7 – Serviços especializados em análise de marketing digital/social media

ATIVIDADES PREVISTAS	Estimativa Mensal (horas)	Estimativa Anual (horas)
a) Elaboração de diagnósticos de presença do TRE/SC na web como subsídios ao planejamento.	12	144
b) Formulação de estratégias digitais na Internet, para planejamento, produção e edição de conteúdo para as redes sociais, com análise e apresentação de resultados.	15	180
c) Construção de base estratégica de conteúdo a ser disponibilizado de maneira programada e seguindo os planos de comunicação de competência da ASCOM.	12	144
d) Prestação de suporte na gestão dos canais digitais oficiais, inclusive os internos, com análise e apresentação dos resultados, de maneira que os recursos aplicados sejam potencializados com maior	10	120



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

eficiência dos processos de governança e relacionamento on-line.		
e) Planejamento, produção e edição de conteúdo para as redes sociais.	15	180
f) Elaboração de estratégias de presença em meios digitais para relacionamento com público-alvo por meio do estudo e da visão de negócios, análise de cenários e hábitos digitais do público alvo, bem como definição do melhor modelo de presença ativa e receptiva para sustentação dos objetivos estratégicos do TRE/SC.	10	120
g) Identificação de pontos críticos em relação a posicionamento e discurso, verificados por meio de uma seleção de registros verbais “positivos” e “negativos” através de análise e documentação dos resultados, além de recomendações de melhorias.	10	120
h) Pesquisa do perfil dos seguidores do TRE/SC nas redes sociais, identificando características de perfil, práticas e hábitos de comportamento, que serão traduzidos para construção de direcionamento estratégico para produção de conteúdo, tipo de abordagem e linguagem.	15	180
i) Acompanhamento diário dos perfis do TRE/SC nas redes sociais, e demais redes de interesse da Justiça Eleitoral. O monitoramento dos perfis do TRE/SC deve indicar sua repercussão, reputação, evolução de sentimento, principais influenciadores e demais informações estratégicas para a tomada de decisões. Situações que indiquem possíveis repercussões com alto volume devem ser alertadas imediatamente, especialmente aqueles que possam gerar crise.	15	180
j) Elaboração do cronograma de postagens, por rede social, mensal, de acordo com os planos de comunicação de competência da ASCOM, bem como em harmonia com o cronograma de campanhas nacionais da Justiça Eleitoral.	10	120
k) Participação nas reuniões da equipe da ASCOM do TRE/SC.	8	96
Total de Horas Previstas / Mês (Referência)	132	
Total de Horas Previstas/Ano (Referência)	1.584	



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Estima-se a necessidade de dois jornalistas, um Designer Gráfico, um produtor audiovisual, um técnico de áudio e vídeo e um analista de marketing digital/social media, com carga horária de 6 horas diárias, de segunda e sexta-feira, para atender a demanda das atividades previstas nas tabelas acima. Em anos eleitorais, seria acrescentado um profissional em jornalismo e um em design gráfico, pelo período de 9 (nove) meses.

2.8 Serviços Adicionais

O CONTRATANTE poderá solicitar a execução de serviços adicionais, na forma de pacotes, conforme apresentado nas Tabelas 8 a 11, os quais poderão ser realizados em dias úteis, sábados, domingos e feriados e, ainda, em horários noturnos. Esses serviços serão requisitados à CONTRATADA pelo Gestor do Contrato, com antecedência mínima de 1 (um) dia.

Tabela 8 – Descrição dos pacotes de serviços – serviços especializados em jornalismo:

Pacote	Atividade	Profissional	Quantidade/Profissional
PACOTE 1	Realização de cobertura jornalística em eventos fora do horário de expediente normal da Contratada	Jornalista Pleno	8 pacotes mensais = 96 pacotes anuais
PACOTE 2	Realização de cobertura jornalística em eventos fora do horário de expediente normal da Contratada	Jornalista Junior	4 pacotes mensais = 36 pacotes anuais
PACOTE 3	Realização de vídeos jornalísticos e institucionais fora do horário de expediente normal da Contratada	Jornalista Pleno	8 pacotes mensais = 96 pacotes anuais
PACOTE 4	Realização de vídeos jornalísticos e institucionais fora do horário de expediente normal da Contratada	Jornalista Junior	4 pacotes mensais = 36 pacotes anuais

Os pacotes da tabela 8 equivalem à produção de 1 (uma) hora de um profissional, dedicada exclusivamente à respectiva tarefa.

O Contratante poderá solicitar um ou mais pacotes de serviços adicionais para um único dia. No entanto, informará com antecedência os seus horários de execução.

Tabela 9 – Descrição dos pacotes de serviços – serviços especializados em Design Gráfico

Pacote	Atividade	Quantidade/mês
PACOTE 5	Estudo, planejamento e elaboração de projeto gráfico	1 campanha
PACOTE 6	Criação de <i>design</i> gráfico para peças avulsas,	2 criações de <i>design</i>



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	diagramação e editoração	gráfico
--	--------------------------	---------

Tabela 10 – Descrição dos pacotes de serviços – produção audiovisual

Pacote	Atividade	Quantidade/mês
PACOTE 7	Operação e tratamento de vídeo – pré e pós produção	1 edição de vídeo institucional/jornalístico

Tabela 11 – Descrição dos pacotes de serviços – técnico de áudio e vídeo

Pacote	Atividade	Quantidade/mês
PACOTE 8	Operação e tratamento de áudio – pré e pós produção	1 operação e edição de áudio de 1 sessão plenária

Os pacotes das tabelas 9 a 11 equivalem à produção de 4 (quatro) horas dedicadas exclusivamente à respectiva tarefa. Na hipótese de a tarefa ser produzida em intervalo de tempo inferior a 4 horas, o pagamento do pacote será proporcional às horas prestadas.

O Contratante poderá solicitar um ou mais pacotes de serviços adicionais para um único dia. No entanto, informará com antecedência os seus horários de execução.

2.9 Parcelamento e Adjudicação

Diante da especificidade técnica dos serviços prestados, bem como o desempenho coordenado das atividades prestadas, não é conveniente o parcelamento do objeto.

O desenvolvimento de projetos de comunicação envolve a realização de atividades interligadas e coordenadas em estreita colaboração entre os profissionais envolvidos no processo de criação. Dessa forma, a produção jornalística se relaciona diretamente e depende da produção audiovisual e gráfica, a fim de gerar o resultado final: seja um projeto de vulto, uma campanha, um post, um vídeo institucional, uma matéria jornalística etc.

O cumprimento do Plano Anual de Comunicação e Plano de Divulgação das Eleições, a tempo e modo, somente é possível mediante a atuação conjunta, interdependente e coordenada dos profissionais da área de jornalismo, design gráfico e audiovisual. E o direcionamento das ações ali contempladas, para maior alcance e interação do público alvo, igualmente depende da atuação coordenada com o monitoramento e orientação do profissional de marketing.

Na produção da comunicação institucional, portanto, todos os profissionais envolvidos no processo atuam de forma interdependente e encadeada a fim de se gerar o produto final, não sendo recomendável ou conveniente a subdivisão de responsabilidades em mais de um contrato, visto que eventual falha contratual de



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

uma empresa geraria impacto direto na execução dos demais contratos. Isto sem falar em atraso de cronograma e dificuldade de atribuição de responsabilidades.

Dessa forma, a gestão contratual unificada permite um melhor controle da execução do ajuste, de forma a se atender os objetivos contratuais.

Pelas razões ora expostas, a adjudicação deverá ser global, considerando que as atividades desenvolvidas pelos profissionais alocados na prestação dos serviços são realizadas de forma coordenada e interdependente. Além disso, garante-se a padronização e qualidade dos diversos materiais, que podem ser produzidos para um mesmo projeto ou evento. Por fim, a contratação de apenas uma empresa facilitará o gerenciamento do contrato pelo gestor da contratação, visto que não haverá possível interferência na execução do objeto entre diversas empresas.

2.10 Seleção do Fornecedor

A seleção do fornecedor se dará pela proposta de menor preço dentre os licitantes habilitados e classificados.

Com a finalidade de aferição do menor preço, utilizar-se-á a seguinte fórmula, considerando a estimativa apresentada nas Tabelas 1 a 11:

Para efeito de julgamento da licitação, considerar-se-á a estimativa contratual mensal dos anos eleitorais.

$$PF = pmsJ + pmsDG + pmsPA + pmsTAV + pmsMDS + (8 \times PA1) + (4 \times PA2) + (8 \times PA3) + (4 \times PA4) + (1 \times PA5) + (2 \times PA6) + (1 \times PA7) + (1 \times PA8) + (Td \times 2).$$

Legenda:

PF = preço final mensal (valor estimado).

pmsJ = preço mensal pelos serviços de JORNALISMO.

pmsDG = preço mensal pelos serviços de DESIGN GRÁFICO.

pmsPA = preço mensal pelos serviços de PRODUÇÃO AUDIOVISUAL.

pmsTAV = preço mensal pelos serviços de TÉCNICOS DE ÁUDIO E VÍDEO.

pmsMDS = preço mensal pelos serviços de MARKETING DIGITAL/SOCIAL.

PA1 = valor do pacote adicional 1 – cobertura jornalística - Jornalista Pleno.

PA2 = valor do pacote adicional 2 – cobertura jornalística - Jornalista Júnior.

PA3 = valor do pacote adicional 3 – vídeos jornalísticos - Jornalista Pleno.

PA4 = valor do pacote adicional 4 – vídeos jornalísticos - Jornalista Júnior.

PA5 = valor do pacote adicional 5 – Estudo, planejamento e elaboração de projeto



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

gráfico – Design Gráfico.

PA6 = valor do pacote adicional 6 – Criação de *design* gráfico – Design Gráfico.

PA7 = valor do pacote adicional 7 – Operação e tratamento de vídeo – Produção Audiovisual.

PA8 = valor do pacote adicional 8 – Operação e tratamento de vídeo – Técnicos de Áudio e Vídeo.

Td = taxa diária de deslocamento (alimentação + hospedagem e TODOS os encargos trabalhistas incidentes sobre o traslado).

2.10.1 Critérios de Habilitação

Em relação à Qualificação Técnica, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR, ou seja, capacidade de gestão de mão de obra de contratos de serviços terceirizados, com dedicação exclusiva de mão de obra.

Em relação à Qualificação Econômico-Financeira, deverá ser exigido:

a) Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de abertura desta licitação;

b) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social exigível, apresentada na forma da lei;

c) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

d) Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, vigentes na data de abertura da licitação, conforme respectivo modelo anexo ao edital licitatório;

e) Comprovação da situação financeira da empresa mediante a obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC);

e.1) Existência de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% do valor estimado para a contratação;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

e.2) Existência de Patrimônio Líquido igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada, vigentes na data de abertura da licitação; e

f) Caso o valor total constante na declaração de que trata a alínea “d” acima apresente divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em relação à receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), a empresa licitante deverá acrescentar as devidas justificativas utilizando-se do respectivo modelo anexo ao edital licitatório.

2.10.2 Critérios Técnicos Obrigatórios

Esses critérios técnicos estão discriminados no item 3.1.

2.10.3 Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate deverão obedecer à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006, bem como as disposições previstas no Edital de Licitação.

2.11 Modalidade e Tipo de Licitação

Tratando-se de objeto comum, sugere-se que seja realizada licitação por meio de Pregão, na modalidade eletrônica, do tipo menor preço.

2.12 Impacto Ambiental

Natureza	Adequações Necessárias
Infraestrutura tecnológica	Não será necessária adequação
Infraestrutura elétrica	Não será necessária adequação
Logística de implantação	Não será necessária adequação
Espaço físico	Não será necessária adequação
Mobiliário	Não será necessária adequação
Impacto ambiental	Não será necessária adequação

2.13 Conformidade técnica

Caberá à contratada selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando trabalhadores com as funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.

2.13.1 Jornalismo:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Para a prestação dos serviços de jornalismo de forma permanente, ou seja, em anos eleitorais e não eleitorais, deverão ser disponibilizados dois profissionais (consoante tabela de produtividade, item 2.7). O perfil dos profissionais da contratada alocados para a prestação dos serviços de forma permanente deve ter, no mínimo, o seguinte requisito de qualificação profissional: enquadrar-se como Jornalista Pleno, ou seja, formação em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo e possuir de 4 a 6 anos de atuação comprovada na área. Deverá ter perfil para atividades de gestão e execução de trabalhos de assessoria de comunicação em geral, assessoria de imprensa, comunicação interna, redação de conteúdo jornalístico em diversos meios e suporte em eventos; prestação de serviços de monitoramento, análise, implementação e validação de serviços através das redes sociais digitais; produção de vídeos jornalísticos, incluindo roteiro, gravação e edição.

Para a prestação dos serviços de forma intermitente, ou seja, apenas em anos eleitorais, deverá ser disponibilizado um profissional (consoante tabela de produtividade, item 2.7), no período de 1º de março a 31 de novembro. O profissional deverá possuir a seguinte qualificação: enquadrar-se como Jornalista Júnior, ou seja, formação em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo e possuir de 2 a 4 anos de atuação comprovada na área. Este profissional deve ter perfil e habilidade técnica para atuação nas redes sociais e cobertura fotojornalística de fatos ou eventos de comunicação interna ou externa, e conhecimento na utilização de programa de edição de imagem.

A classificação do profissional em níveis é determinada pelas empresas e pelo mercado de trabalho, que estabelecem critérios para definir experiências e habilidades profissionais, conforme a idade, a capacitação e o tempo de atuação profissional.

As empresas tendem a organizar a carreira dos colaboradores em: (a) Júnior, para profissionais recém-formados, sem tantas exigências de competências profissionais e sem autonomia para decisões; (b) Pleno, para profissionais com maior maturidade profissional e capacidade ampla de tomada de decisão; (c) Sênior, para profissionais com grande maturidade profissional e emocional, poder de decisão e capacidade de assumir funções de liderança.

Em virtude desse fato, o mercado de trabalho criou uma escala crescente de nível profissional, estabelecendo o cargo conforme o grau de complexidade das tarefas, a autonomia e a habilidade para funções de liderança.

O mercado de trabalho em Santa Catarina utiliza o referido escalonamento para classificar os níveis do profissional de jornalismo.

O Site Trabalha Brasil, que atua como um classificador online de vagas de emprego, estabelece uma média dos salários dos jornalistas em todo o Brasil, de acordo com os níveis profissionais e o porte da empresa. Referido site nivela os jornalistas pela



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

experiência profissional, da seguinte maneira: a) Treinee – até 2 anos de experiência; b) Júnior – de 2 a 4 anos de experiência; c) Pleno – de 4 a 6 anos de experiência; d) Sênior – de 6 a 8 anos de experiência; e, e) Master – mais de 8 anos de experiência.

Dessa forma, para definir a qualificação técnica do profissional que se pretende contratar tomou-se por base a praxe do mercado de trabalho e o exemplo da contratação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Assim, a indicação do nível do profissional nestes estudos preliminares e no projeto básico está alinhada com o grau de complexidade dos trabalho que serão executados no TRE/SC, profissionais com mais experiência, autonomia e habilidade para funções de liderança (jornalista pleno), que permanecerão no TRESC de forma contínua ao longo da vigência do contrato; e profissionais com menor experiência profissional e grau de autonomia, que prestarão serviços apenas em anos eleitorais, sendo que o jornalista Pleno poderá atuar nas funções de liderança de equipe de trabalho.

2.13.2. Design gráfico:

Para a prestação dos serviços de design gráfico, em anos eleitorais e não eleitorais, deverão ser disponibilizados profissionais (consoante tabela de produtividade, item 2.7), com a seguinte qualificação: Curso superior completo em Design Gráfico, com obrigatório conhecimento dos softwares Adobe InDesign, Adobe Photoshop, Adobe Illustrator, Adobe AfterEffects, Adobe Premier e Microsoft Office.

2.13.3. Produção audiovisual:

Para a prestação dos serviços de produção audiovisual, em anos eleitorais e não eleitorais, deverá ser disponibilizado um profissional (consoante tabela de produtividade, item 2.7), com a seguinte qualificação: curso de nível superior completo (Tecnólogo), com obrigatório conhecimento dos softwares Adobe AfterEffects, Adobe Premiere, Microsoft Word e Excel, operações e gravações de áudio em setup mixer+Workstation, sonorização ambiente, sonorização em mesa de som, operação e instalação de projetores multimídia, filmagem em câmera profissional e iluminação básica; conhecimento de operação das seguintes câmeras Canon 60D e 7d e Sony Z7. Deverá também dispor de conhecimentos em plataformas de videoconferência e transmissões por *streaming* de lives.

2.13.4. Técnico de áudio e vídeo:

Para a prestação dos serviços de técnico de áudio e vídeo, em anos eleitorais e não eleitorais, deverá ser disponibilizado um profissional (consoante tabela de produtividade, item 2.7), com a seguinte qualificação: ensino médio completo e experiência comprovada na função, no desenvolvimento de serviços semelhantes aos descritos em 1.2.1.3. Utilização do Pacote Adobe, operação em câmeras Canon



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

60D e 7d e Sony Z7. Deverá também dispor de conhecimentos em plataformas de videoconferência e transmissões por *streaming* de lives.

2.13.5. Análise de marketing digital/social media:

Para a prestação dos serviços de análise de marketing digital/social media, em anos eleitorais e não eleitorais, deverá ser disponibilizado um profissional (consoante tabela de produtividade, item 2.7), com a seguinte qualificação: curso superior nas áreas de marketing ou comunicação social (publicidade e propaganda ou jornalismo) com obrigatória comprovação de realização de curso em marketing digital/social media, e domínio de estratégias de marketing digital/social media e mídias sociais. Experiência em produção de conteúdo para a web em seus mais diversos canais (Facebook, Twitter, Instagram, etc).

2.14 Obrigações da Proponente

As empresas interessadas em participar do certame deverão apresentar Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços já realizados com características semelhantes ao objeto da licitação, qual seja, prestação de serviços técnicos especializados e continuados na área de jornalismo, design gráfico, produção audiovisual, técnico de áudio e vídeo e análise de marketing digital/social media, com dedicação exclusiva de mão de obra.

2.15 Obrigações da Contratante

2.15.1. Promover, através do titular da ASCOM, ou seu substituto, o acompanhamento e a gestão dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas, bem como a fiscalização do contrato.

2.15.2. Solicitar a substituição do empregado/preposto da contratada que não estiver desempenhando suas atividades a contento, de acordo e no prazo estabelecido neste projeto básico (2.16.2).

2.15.3. Solicitar, quando for o caso, a regularização do cumprimento de obrigação contratual, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, excetuados os prazos específicos previstos neste Projeto Básico, sob pena de aplicação das sanções contratuais previstas contratualmente.

2.16 Obrigações da Contratada

A empresa contratada deverá:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.16.1 providenciar os currículos simplificados dos profissionais, comprovando os perfis solicitados apresentando-os ao TRESA, na ASCOM, em até 5 (cinco) dias após o recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRESA, e a cada reposição de profissional, em caso de desligamento ou férias;

a) os profissionais não poderão ser filiados a partido político;

b) a CONTRATADA somente efetivará a contratação dos profissionais após aprovação dos currículos pelo TRESA;

c) disponibilizar os profissionais para início dos serviços em até 3 (três) dias úteis a contar da aprovação dos currículos pelo TRESA;

2.16.2 substituir, no prazo de 2 (dois) dias após a comunicação por parte do TRESA à CONTRATADA, o profissional que for considerado ineficiente ou incompatível com o trabalho solicitado ou cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público.

a) o mesmo prazo aplica-se às substituições de profissionais que venham a se desligar do contrato (ex. demissão a pedido; falecimento etc);

b) o novo profissional deverá apresentar currículo que demonstre qualificações iguais ou superiores às do substituto;

c) a substituição do profissional somente se efetivará se aprovado o currículo do substituto pelo TRESA.

2.16.3 responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de trabalho;

2.16.4 garantir a prestação dos serviços no intervalo fixado pela gestão do contrato para suprir a demanda aproximada;

2.16.5 responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados, por meios próprios ou mediante fornecimento de vale-transporte, para a cobertura do trajeto residência trabalho e vice-versa (inclusive quando da realização de serviço extraordinário);

2.16.6 manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com este Tribunal, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.16.7 indicar preposto para representá-la no local de execução dos serviços – que deverá estar acessível para imediato contato durante todo o período e será nomeado por escrito, cujo respectivo documento deverá ser entregue ao contratante, podendo este preposto ser partícipe da força de trabalho;

2.16.8 suprir toda e qualquer falta do(s) empregado(s) por outro(s) profissional(is) que atenda aos requisitos técnicos exigidos neste Projeto Básico;

2.16.9 apresentar seus empregados, na execução dos serviços ora contratados, devidamente identificados por crachás, com fotografia recente;

2.16.10 cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, como também àqueles referentes à segurança e à medicina do trabalho;

2.16.11 manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do contratante ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do presente objeto, devendo orientar seus funcionários nesse sentido;

2.16.12 selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando trabalhadores com as funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

2.16.13 realizar integralmente os serviços descritos neste Projeto Básico;

2.16.14 executar os serviços adicionais solicitados pelo contratante, iniciando a sua realização no prazo máximo de 1 (um) dia após o pedido, consoante disposição do subitem 2.8 deste Projeto Básico;

2.16.15 comprovar, sempre que solicitado pelo TRESA, a quitação das obrigações trabalhistas;

2.16.16 promover treinamento e reciclagem do profissional que presta serviço ao TRESA, de acordo com as necessidades do serviço e sempre que a gestão do contrato entender conveniente à adequada execução dos serviços:

a) os treinamentos e reciclagens serão sugeridos pela Contratante e custeados pela Contratada e deverão compreender os conhecimentos e habilidades para a execução dos serviços contratados;

b) os treinamentos e reciclagens deverão observar um total mínimo de 20 horas de formação anual, sem prejuízo da continuidade da prestação do serviço;

c) os profissionais deverão comprovar a participação nos treinamentos e reciclagens através de certificado entregue ao TRESA.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.16.17 alocar, no dia do início da execução do contrato, observados os prazos estabelecidos no item 2.16.1, a mão de obra nos respectivos postos, comunicando tal fato formalmente à administração, por meio de mensagem eletrônica.

a) o início da contagem do tempo de execução contratual para faturamento somente acontecerá após o início da prestação dos serviços, uma vez recebidos os profissionais pela Contratante.

2.16.18 apresentar, até o quinto dia útil da data do início da execução do contrato, documento de apresentação dos empregados, contendo a relação nominal dos empregados que prestarão os serviços, informando os respectivos endereços residenciais, com e-mail e número de telefone;

2.16.19 indicar, em até 5 (cinco dias) úteis após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC, o seu representante/contato, com o Contratante, que apontará nome completo, telefone de contato, endereço eletrônico do preposto, bem como o responsável por acompanhar toda a execução contratual.

2.16.20 responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ao Contratante, desde que fique comprovada a respectiva responsabilidade, não se reduzindo ou excluindo essa responsabilidade em virtude do acompanhamento e fiscalização realizada pelo Contratante, de acordo com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

2.17 Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

2.17.1 Do piso salarial vigente para o profissional de jornalismo:

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina busca, com esta contratação, alcançar um nível de excelência em sua comunicação com a sociedade, conforme explicitado nos pré-requisitos elencados para o perfil dos profissionais desejados.

O piso salarial de uma categoria, ainda que fruto de uma convenção coletiva de trabalho, serve apenas para garantir que nenhum profissional da área possa ser remunerado com valores abaixo daquele ali estabelecido. Porém, no caso dos profissionais da área de jornalismo, o piso salarial se aplica, na maioria das vezes, para profissionais em início de carreira, ainda sem bagagem e experiência, atributos que não só preenchem currículos mas habilitam seus detentores a trabalhos de maior envergadura e, portanto, melhor recompensados.

A diversidade de atividades exigidas demanda jornalistas com rodagem e aptidões múltiplas na área da comunicação social, de forma que o estabelecimento do piso salarial como contrapartida ao trabalho e missão a serem perseguidos fatalmente



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

levará o projeto ao insucesso ou ainda muito distante do seu objetivo principal, de montar e manter uma estrutura profissional e eficiente para a divulgação dos atos administrativos e jurisdicionais da Justiça Eleitoral de Santa Catarina.

Assim, para a fixação do salário desses profissionais foi realizada pesquisa de mercado, que identificou remunerações nos seguintes patamares: a) R\$ 4.914,39 (quatro mil, novecentos e catorze reais e trinta e nove centavos), ao Jornalista Senior; b) R\$ 3.995,59 (três mil, novecentos e noventa e cinco reais e cinquenta e nove centavos), ao Jornalista Pleno; e, c) R\$ 3.754,79 (três mil setecentos e cinquenta e quatro reais e setenta e nove centavos), ao Jornalista Júnior.

Com base na referida pesquisa de mercado, na carga horária a ser contratada, na quantidade e na qualificação dos profissionais que deverão ser disponibilizados e nos recursos orçamentários disponíveis para a contratação, os salários foram fixados conforme a seguir exposto: a) R\$ 3.995,59 (três mil, novecentos e noventa e cinco reais e cinquenta e nove centavos), ao Jornalista Pleno; e, b) R\$ 3.754,79 (três mil setecentos e cinquenta e quatro reais e setenta e nove centavos), ao Jornalista Júnior.

Assim, pisos salariais dos profissionais colocados à disposição da contratante, para a prestação dos serviços de jornalismo objeto projeto básico/termo de referência, deverão ser fixados tomando-se por parâmetro aqueles dispostos na Convenção Coletiva Estadual em vigor, sendo aplicados os pisos salariais nos seguintes patamares: a) Jornalista Pleno: 1,32 vezes o piso salarial fixado na Convenção Coletiva de Trabalho vigente; b) Jornalista Júnior: 1,24 vezes o piso salarial fixado na Convenção Coletiva de Trabalho, objeto da pesquisa, no valor de R\$ 3.029,38.

3 Especificação Técnica Detalhada

3.1 Requisitos Técnicos

Os serviços serão executados preferencialmente junto à Assessoria de Comunicação Social no edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, localizado à Rua Esteves Júnior, n. 68, 10º andar, Centro, Florianópolis, entre 8 e 20 horas, de segunda a sexta-feira, com jornada diária igual a 6 (seis) horas para o serviço prestado por jornalista, designer gráfico, produtor audiovisual, técnico de áudio e vídeo e analista de marketing digital/social media, nos termos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). O Gestor do Contrato irá definir, oportunamente, o horário de realização dos trabalhos.

Encontrando-se a Secretaria do Tribunal em trabalho remoto, a exemplo da situação enfrentada por ocasião da pandemia causada pela Covid-19, os serviços poderão ser executados, a critério do TRE/SC, de forma remota.

O horário de funcionamento do TRESC inicia-se às 12h e encerra-se às 20h.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Não será exigido dos profissionais alocados na prestação de serviços o uso de uniforme. No entanto, os referidos profissionais deverão usar trajes compatíveis com as características do ambiente de trabalho e portar crachá de identificação.

Além disso, será exigido o uso de traje de passeio completo para participação de compromissos formais institucionais, tais como posses e outras solenidades, o que será previamente informado pela Assessoria de Comunicação Social.

Os profissionais alocados na prestação dos serviços deverão participar das reuniões de pauta e de briefing, além de outras reuniões relacionadas a projetos em desenvolvimento na ASCOM.

A execução dos serviços deve se dar com disciplina, presteza, cordialidade, assiduidade e pontualidade e, principalmente, com qualidade na realização de cada atividade elencada neste tópico.

Eventualmente, serão solicitados deslocamentos ao interior do Estado para cobertura in loco de eventos da Justiça Eleitoral, com a realização de matérias jornalísticas e vídeos para publicação e divulgação à mídia em geral.

Em caso de deslocamento, a contratada deverá arcar com todas as despesas de alimentação, hospedagem e serviço extraordinário, bem como os demais encargos trabalhistas incidentes sobre o traslado.

3.1.1. A execução dos serviços especializados em jornalismo compreende:

- a) acompanhar informações de jornais, rádios, televisão e agências de notícias para orientar a produção de textos e releases dos temas de interesse desta Corte e do eleitor catarinense;
- b) acompanhar ao vivo as sessões plenárias desta Corte a fim de publicar na intranet e/ou na internet do sítio eletrônico do TRESC o resumo dos julgamentos;
- c) buscar informações junto às assessorias dos Juízes desta Corte, visando à divulgação seletiva daquelas decisões que sejam de interesse público, após autorização dos Juízes, para publicação no sítio eletrônico do TRESC e em todos os meios de comunicação social do Estado;
- d) tomar conhecimento das atividades da Presidência, Corregedoria Regional Eleitoral, Direção-Geral e Procuradoria Regional Eleitoral, bem como dos demais setores do Tribunal e dos cartórios eleitorais para elaboração de matérias e releases a serem distribuídos aos veículos de imprensa do Estado, sua publicação no sítio eletrônico do TRESC e nas mídias sociais;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- e) realizar leitura de acórdãos, pareceres, sentenças, relatórios e o Diário da Justiça Eleitoral, bem como as publicações do Tribunal Superior Eleitoral, com o mesmo propósito do item acima descrito;
- f) verificar pelo Processo Judicial Eletrônico (PJe) informações de processos e recursos para produção de pautas de interesse jornalístico;
- g) atender aos veículos de imprensa, sanando dúvidas, intermediando contatos, agendando e acompanhando, quando solicitado, entrevistas concedidas na sede do TRESC ou nas sedes dos meios de comunicação;
- h) realizar a cobertura jornalística dos eventos realizados pelas unidades do TRE, diplomação dos candidatos eleitos e demais solenidades do Tribunal, fotografando os eventos e produzindo o texto das matérias para divulgação junto à imprensa, no sítio eletrônico do TRESC e nas mídias sociais;
- i) deslocar-se ao interior do Estado para cobertura in loco de eventos como eleições suplementares, revisões de eleitorado, cadastramento biométrico, com a realização de fotos e transmissão de textos jornalísticos à Assistência de Comunicação Social para publicação e divulgação à mídia em geral;
- j) produzir matérias escritas, dando conta dos acontecimentos do TRESC e cartórios eleitorais;
- k) elaborar textos resumidos de cunho jornalístico e institucional, para inserção em mídias sociais, bem como no canal de comunicação instantânea TRE-Infoma;
- l) prestar apoio às zonas eleitorais do Estado em assuntos jornalísticos;
- m) manter e atualizar contatos da imprensa;
- n) participar de reuniões de definição de pautas para a produção de notícias e vídeos;
- o) produzir boletins jornalísticos de áudio sobre atividades do TRESC, incluindo texto, gravação e edição;
- p) produzir vídeos jornalísticos, cobrindo ações e fatos da Justiça Eleitoral catarinense, incluindo produção, redação e revisão de roteiro; contato com possíveis fontes e/ou entrevistados; agendamento de entrevistas; pesquisa de informações; seleção de imagens/fotos; gravação e edição;
- q) produzir vídeos institucionais, incluindo produção, redação e revisão de roteiro; contato com possíveis fontes e/ou entrevistados; agendamento de entrevistas; pesquisa de informações; seleção de imagens/fotos; gravação e edição;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

r) supervisionar a gravação e edição de vídeos: Deslocamento e captação de imagens, gravação de entrevistas, decupagem do material bruto, gravação do off, edição e finalização do vídeo;

s) orientar e revisar a legendagem;

t) produzir, gravar e editar material em áudio.

3.1.2. A execução dos serviços especializados em design gráfico compreende:

3.1.2.1 Estudo, planejamento e elaboração de projeto gráfico:

a) elaborar projeto gráfico de campanhas internas;

b) elaborar projeto gráfico de campanhas externas;

c) elaborar projeto gráfico de publicações; e

d) elaborar projeto de identidades visuais.

3.1.2.2 Criação de design gráfico para peças avulsas, diagramação e editoração:

a) criar identidade visual e logotipo para eventos e serviços;

b) criar peças de divulgação (cartazes, folhetos etc.);

c) criar peças de identificação e sinalização de eventos (crachás, placas, banners etc.);

d) criar peças de apoio para eventos (convites, certificados etc.);

e) criar peças institucionais (cartões de visita, calendário, convites etc.);

f) criar peças para campanhas institucionais, internas e externas;

g) criar banners eletrônicos para divulgação de eventos e serviços no site TRE/SC;

h) editar relatórios, manuais e cartilhas, informativos e encartes de jornal, entre outros;

j) diagramar documentos e formulários; e

k) fazer arte-final para saída gráfica (offset, laser etc.).

l) criar demais peças gráficas demandadas.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3.1.3. A execução dos serviços especializados em produção audiovisual compreende:

- a) administrar, operar e incrementar recursos e sistemas multimídia utilizados pelo TRESC;
- b) gravar, editar, distribuir e publicar os vídeos produzidos pela ASCOM;
- c) filmar e produzir boletins de áudio e/ou vídeo para a ASCOM;
- d) editar, publicar e gerenciar cursos e séries produzidos em vídeo e distribuídos ao TRESC;
- e) administrar e gerenciar a Videoteca Digital da ASCOM;
- f) editar com aplicação de efeitos especiais em vídeo;
- g) planejar a comunicação digital da ASCOM;
- h) elaborar projeto de vinheta;
- i) criar animações e padrões 2D/3D para produtos multimídia; e
- j) dar suporte e executar os serviços de *streaming* com gravação e transmissão de áudio e vídeo em eventos de treinamento e lives realizadas pelo TRE/SC.

3.1.4. A execução dos serviços especializados de técnico de áudio e vídeo compreende:

- a) preparar, gravar, distribuir e transmitir via intranet/internet o áudio das sessões plenárias ordinárias e extraordinárias do TRESC;
- b) preparar, gravar, distribuir e transmitir via intranet/internet o áudio dos eventos e solenidades do TRESC;
- c) arquivar, catalogar e distribuir cópias, quando solicitado, os eventos gravados (sessões plenárias, ciclos de debates, cursos, etc) em mídias digitais;
- d) dar suporte e executar os serviços de projeção, sonorização, gravação e transmissão de áudio e vídeo em eventos de treinamento, cursos e reuniões nas salas de treinamento do TRE/SC;
- e) dar suporte e executar os serviços de streaming com gravação e transmissão de áudio e vídeo em eventos de treinamento e lives realizadas pelo TRE/SC; e,
- f) indicar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de áudio e vídeo utilizados pela ASCOM.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3.1.5. A execução dos serviços especializados em análise de marketing digital/social media compreende:

- a) elaborar diagnósticos de presença do TRE/SC na web como subsídios ao planejamento;
- b) formular estratégias digitais na Internet, para planejamento, produção e edição de conteúdo para as redes sociais, com análise e apresentação de resultados;
- c) construir base estratégica de conteúdo a ser disponibilizado de maneira programada e seguindo os planos de comunicação de competência da ASCOM;
- d) prestar suporte na gestão dos canais digitais oficiais, inclusive os internos, com análise e apresentação dos resultados, de maneira que os recursos aplicados sejam potencializados com maior eficiência dos processos de governança e relacionamento on-line;
- e) planejar, produzir e editar conteúdo para as redes sociais;
- f) elaborar estratégias de presença em meios digitais para relacionamento com público-alvo por meio do estudo e da visão de negócios, análise de cenários e hábitos digitais do público alvo, bem como definição do melhor modelo de presença ativa e receptiva para sustentação dos objetivos estratégicos do TRE/SC;
- g) Identificar pontos críticos em relação a posicionamento e discurso, verificados por meio de uma seleção de registros verbais “positivos” e “negativos” através de análise e documentação dos resultados, além de recomendações de melhorias;
- h) pesquisar o perfil dos seguidores do TRE/SC nas redes sociais, identificando características de perfil, práticas e hábitos de comportamento, que serão traduzidos para construção de direcionamento estratégico para produção de conteúdo, tipo de abordagem e linguagem;
- i) acompanhar diariamente os perfis do TRE/SC nas redes sociais, e demais redes de interesse da Justiça Eleitoral. O monitoramento dos perfis do TRE/SC deve indicar sua repercussão, reputação, evolução de sentimento, principais influenciadores e demais informações estratégicas para a tomada de decisões. Situações que indiquem possíveis repercussões com alto volume devem ser alertadas imediatamente, especialmente aqueles que possam gerar crise; e
- j) elaborar o cronograma de postagens, por rede social, mensal, de acordo com os planos de comunicação de competência da ASCOM, bem como em harmonia com o cronograma de campanhas nacionais da Justiça Eleitoral.

3.2. Marcas e Modelos/Códigos de Referência:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Não aplicável a esta contratação.

3.3. Códigos SIASG:

Os códigos SIASG da presente contratação são 3778, 17108, 24.988.

3.4. Vigência

O contrato terá vigência a contar da data da sua assinatura até 31 de agosto de 2022, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

3.5. Modelos de Documentos

Os modelos de documentos utilizados ao longo do contrato pelo Contratante e pela Contratada estão descritos no Anexo III.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

O acompanhamento e a fiscalização da execução deste novo contrato consistirão na verificação, pelo Contratante, da conformidade da execução do objeto contratado, de forma a assegurar o perfeito cumprimento pelo licitante vencedor, e serão exercidos por meio do Gestor de Contratação, qual seja, o servidor titular da Assessoria de Comunicação Social, ou seu substituto, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8666/1993.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

Ao Gestor, ficará assegurado o direito de:

- a) Exigir o cumprimento da prestação dos serviços especializados em jornalismo, design gráfico, produção audiovisual, técnico de áudio e vídeo e análise de marketing digital/social media, descritos no item 2.7, bem como seus pacotes adicionais (item 2.8)
- b) Rejeitar toda mão de obra que não comprove a qualificação mínima exigida neste projeto básico (item 2.13), a ser avaliada por meio de currículos e/ou outros documentos complementares que se façam necessários (diplomas, certificados).
- c) O acompanhamento de que trata o subitem 2.14 não exime o licitante vencedor de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois da execução do objeto deste edital.
- d) Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam durante a execução do objeto deste contrato deverão ser sanadas junto à Assessoria de Comunicação Social, pelo telefone (48) 3251-3835 ou pelo email pres-ascom@tre-sc.jus.br.

1.2 Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

O contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31 de agosto de 2022, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993. A entrega será continuada, com prestação diárias de serviços especializados em jornalismo, design gráfico, produção audiovisual, técnico de áudio e vídeo, análise de marketing digital/social media, na Assessoria de Comunicação Social deste TRE-SC, conforme conjunto de atividades previstas no item 2.7 do presente projeto básico.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Após a assinatura do contrato, para dar início à execução do ajuste, será promovida reunião entre a Administração e a Contratada, devidamente registrada em Ata, para esclarecimento de eventuais dúvidas relativas às obrigações contratuais, sem prejuízo da realização de reuniões periódicas, visando garantir a qualidade da execução do contrato e os respectivos resultados.

1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora da licitação. Para fins de solicitação de pacotes de serviços adicionais (Item 2.8 deste Projeto Básico/Termo de Referência) e de acompanhamento e avaliação dos serviços ("Relatório ANS", Anexo II deste Projeto Básico/Termo de Referência), o TRESC valer-se-á de encaminhamentos de e-mails e realização de telefonemas para a Contratada. O modelo de Relatório ANS consta do Anexo II deste Projeto Básico/Termo de Referência.

1.4. Prazos de Garantia

Vide Anexo II – Acordo de Nível de Serviço – ANS

1.5 Acompanhamento do Contrato

Vide Anexo II – Acordo de Nível de Serviço – ANS

1.6 Recebimento Provisório e Definitivo

a) O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7 Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.8 Transferência de Conhecimento

São assegurados ao TRESA, com exclusividade, os direitos de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos pela Contratada relativos ao objeto deste Projeto Básico / Termo de Referência, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, de forma permanente, sendo permitido ao TRESA distribuir, alterar e utilizar os produtos sem limitações.

1.9 Direitos autorais

São assegurados ao TRESA, com exclusividade, os direitos autorais de todos os produtos gerados na execução do contrato decorrente deste Projeto Básico / Termo de Referência, ficando proibida a utilização pela Contratada sem autorização expressa do TRESA, sob pena de multa e sanções civis e penais cabíveis.

1.10 Qualificação Técnica

A empresa deverá apresentar ao Gestor do Contrato, os currículos simplificados dos profissionais, comprovando os perfis solicitados no item 2.13 deste projeto básico, apresentando-os ao TRESA, na ASCOM, em até 5 (cinco) dias após o recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRESA.

1.11 Descumprimento Contratual e penalidades

1.11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

i) declarar informações falsas; e

j) cometer fraude fiscal.

k) não entregar a amostra de produto ofertado.

1.11.2. Para os casos não previstos acima, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato;

c) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor mensal estimado pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;

d) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato;

e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.3. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.2 e na alínea “f” acima são de competência do Presidente do TRESP.

1.11.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na entrega da documentação de que trata o subitem 2.16.1 deste Projeto Básico e na execução do objeto desta Contratação, sujeitará o licitante, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução dos serviços.

1.11.5. Nos termos deste Projeto Básico / Termo de Referência, são situações, dentre outras, que podem ensejar o descumprimento do contrato, para fins de aplicação de penalidades:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a) A inobservância dos prazos legais para o cumprimento das obrigações trabalhistas e das contribuições sociais (INSS e FGTS) será considerada situação de natureza MÉDIA, estando sujeita a contratada à multa de 5% sobre o valor da fatura.

b) Na hipótese de incidência dos serviços prestados pela contratada na Faixa 5 (cinco) da “Tabela de efeitos remuneratórios (Fator de aceitação)”, do Acordo de Nível de Serviço (Anexo II), por 3 (três) meses consecutivos, ou 5 (cinco) meses alternados, no mesmo exercício financeiro, será considerada situação de natureza MÉDIA, estando sujeita a contratada à multa de 5% sobre o valor da fatura, sem prejuízo do desconto previsto neste Projeto Básico.

c) Caso haja descumprimento das demais obrigações da contratada, previstas no Item 2.15 deste Projeto Básico, ressalvados aqueles fixados no Acordo de Nível de Serviço, será considerada situação de natureza LEVE, estando sujeita a contratada à penalidade de advertência.

d) Havendo reincidência nas situações ensejadoras de penalidade, a contratada será penalizada com base na situação de natureza imediatamente superior e, em se tratando de reincidência de situação GRAVE, tal fato pode implicar rescisão contratual.

Classificação da situação	Descrição da situação	Penalidade
LEVE	Item 3	Advertência
MÉDIA	Item 1	Multa de 5% sobre o valor da fatura
MÉDIA	Item 2	Multa de 5% sobre o valor da fatura
MÉDIA	Reincidência do Item 3	Multa de 5% sobre o valor da fatura
GRAVE	Reincidência do Item 1	Multa de 10% sobre o valor da fatura
GRAVE	Reincidência do Item 2	Multa de 10% sobre o valor da fatura
GRAVÍSSIMA	Reincidência de situação GRAVE (item 4)	Rescisão Contratual



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ANEXO II

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS

O preço a ser estabelecido em contrato para a realização dos serviços objeto deste Projeto Básico/Termo de Referência se refere à execução com a qualidade mínima exigida. Portanto, a execução dos serviços contratados que não atinja os níveis de qualificação mínima pretendidos importará pagamento proporcional ao realizado, nos termos do artigo 15 da Resolução TSE n. 23.234/2010.

Tais ajustes visam: 1) assegurar ao Contratante o recebimento dos serviços em consonância com as metas estabelecidas neste Projeto Básico/Termo de Referência; e 2) aplicar a dedução prevista na Res. TSE n. 23.234/2010 no pagamento à Contratada quando da ocorrência de falhas na execução.

Terminado o mês de prestação dos serviços, o representante do Contratante apresentará à Contratada até o dia 7 (sete) do mês seguinte o “Relatório de Serviços Verificados e Qualidade Percebida”, que conterá, no mínimo:

- Número do processo administrativo de contratação que deu origem ao contrato;
- Número do Contrato;
- Partes Contratuais;
- Síntese do objeto;
- Relação de falhas;
- Fator percentual de recebimento e remuneração dos serviços.

Nos termos do artigo 16 da Res. TSE n. 23.234/2010, nas primeiras ocorrências, o não atendimento das metas estabelecidas pelo TRESA poderá ser objeto apenas de notificação.

Nos termos do art. 31, § 1º, da Res. TSE n. 23.234/2010, a empresa contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.

1. Relação de falhas a ser utilizada como forma de mensuração dos resultados obtidos na prestação de serviços especializados em jornalismo, design gráfico, produção audiovisual, técnico de áudio e vídeo e análise de marketing digital/social media, inclusive na prestação dos pacotes de serviços adicionais.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Os serviços objeto deste Projeto Básico/Termo de Referência serão constantemente avaliados pelos representantes do Contratante, que assinalarão as falhas na “**RELAÇÃO DE FALHAS**”, conforme modelos abaixo:

1.1. Relação de falhas - Relação de falhas - Modelo (aplica-se aos serviços especializados em jornalismo, design gráfico, produção audiovisual, técnico de áudio e vídeo e análise de marketing digital/social media, realizados diariamente)

SERVIÇO: _____

MÊS/ANO DA VERIFICAÇÃO: ____ / ____

Total de Ocorrências:

RELAÇÃO DE FALHAS	
FALHA 1	Falta de zelo pelas máquinas, equipamentos e instalações da ASCOM/TRESC.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pelo Gestor da Contrato.
OBSERVAÇÃO:	
Data da ocorrência	Descrição sintética
FALHA 2	Falha na execução do serviço relacionada ao atraso na entrega do material produzido, registrada por reclamações formais da ASCOM/TRESC. O atraso será devidamente apurado e comprovado pela gestão do contrato, através dos registros de data e horário da solicitação e da entrega do material.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pelo Gestor da Contrato.
OBSERVAÇÃO:	
Data da ocorrência	Descrição sintética
FALHA 3	Indisponibilidade parcial da prestação de serviço nos horários contratados e suplementares, decorrentes de motivos que a CONTRATADA tenha dado causa.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pelo Gestor da Contrato.
OBSERVAÇÃO:	
Data da ocorrência	Descrição sintética



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

FALHA 4	Indisponibilidade total da prestação de serviço nos horários contratados e suplementares, decorrentes de motivos que a CONTRATADA tenha dado causa.
AFERIÇÃO	Condicionada à verificação pelo Gestor da Contrato.
OBSERVAÇÃO:	
Data da ocorrência	Descrição sintética
FALHA 5	Falha na execução do serviço relacionada à baixa qualidade do material produzido, registrada por reclamações formais da ASCOM/ TRESC. A falha será devidamente apurada e comprovada pela gestão do contrato, com o recolhimento do material.
AFERIÇÃO	Condicionada à verificação pelo Gestor da Contrato.
OBSERVAÇÃO:	
Data da ocorrência	Descrição sintética

Instruções de preenchimento:

- Na ocorrência de falha(s), proceder-se-á ao registro no(s) item(ns) específico(s), indicando-se sinteticamente o dia e o fato gerador.

Tabela de efeitos remuneratórios (Fator de aceitação)

Falha	1	2	3	4	5	FATOR DE ACEITAÇÃO (TOTAL DA LINHA NÚMERO CORRIGIDO)
Total de ocorrências						
Tolerância (-)	1	1	1	1	1	
Excesso falhas (=)						
Peso (X)	6	8	6	8	8	
Número corrigido (=)						

Observação: Não serão considerados valores negativos, que deverão ser lançados na tabela com valor 0 (zero).

Instruções de preenchimento:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- As falha(s), previamente registrada(s) na “RELAÇÃO DE FALHAS”, serão contabilizadas e cada total será registrado na linha TOTAL DE OCORRÊNCIAS.
- Após, proceder-se-á às deduções relativas à “TOLERÂNCIA”, a fim de se obter os números referentes aos “EXCESSOS DE FALHAS”.
- Encontrados os EXCESSOS DE FALHAS, estes devem ser multiplicados pelo respectivo “PESO” e os produtos devem ser registrados na linha “NÚMERO CORRIGIDO”.
- Por fim, proceder-se-á à soma da linha “NÚMERO CORRIGIDO”, obtendo-se, assim, o “FATOR DE ACEITAÇÃO”.

EFEITOS REMUNERATÓRIOS relativos aos serviços de especializados em jornalismo, design gráfico, produção audiovisual, técnico de áudio e vídeo e análise de marketing digital/social media:

Faixa 1 – Fator de Aceitação TOTAL: 100% de avaliação dos serviços;

Faixa 2 – Fator de Aceitação de 1 a 25: 95% de avaliação dos serviços;

Faixa 3 – Fator de Aceitação de 26 a 50: 90% de avaliação dos serviços;

Faixa 4 – Fator de Aceitação de 51 a 75: 85% de avaliação dos serviços;

Faixa 5 – Fator de Aceitação de 76 a 100 ou > de 100: 80% de avaliação dos serviços e penalização conforme contrato.

Observação: A Contratada fará jus ao percentual do valor pactuado equivalente a cada uma das cinco faixas, conforme o fator de aceitação calculado de acordo com a tabela acima.



1. Justificativa da realização de serviço extraordinário (a ser preenchida pelo profissional alocado na prestação dos pacotes adicionais):

Mês da prestação dos serviços:

43